

**X LEGISLATURA
ACTA Nº 97/X/4ª SL**

Aos vinte e sete dias do mês de Janeiro de 2009, pelas 16h30, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, na Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

16:30 Horas

1. **Requerimento do PCP** - "Propõe a realização de um debate na Assembleia da República sobre o pequeno comércio em Portugal".
2. Apreciação e votação da nota de admissibilidade referente à **Petição 549/X/4ª - "Apreciação e alteração do Decreto-Lei nº 647/76 de 31 Julho"** (Rel: Cabe ao PCP).
3. Apreciação do **Pedido de audiência da Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses - QUALIFICA.**
4. Distribuição da **Proposta de Lei 247/X/4ª - "Cria o programa orçamental designado por «Iniciativa para o Investimento e o Emprego» e, no seu âmbito, cria o regime fiscal de apoio ao investimento realizado em 2009 (RFAI 2009) e procede a alteração à Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro."**
5. **Outros assuntos:**
 - Expediente
 - Informações

17:30 Horas

Audição do Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

No ponto 1 da Ordem do Dia, relativo ao **Requerimento do PCP - "Propõe a realização de um debate na Assembleia da República sobre o pequeno comércio em Portugal"**, o Sr. Deputado Agostinho Lopes apresentou o Requerimento, conforme o respectivo texto.

O Sr. Deputado Afonso Candal recordou o documento apresentado pelo GP do PS, não deixando de considerar pertinente a proposta do GP do PCP. Contudo, considerou que o estudo proposto poderia constituir um valor acrescentado de base, sendo também importante articular com as actividades já previstas e as iniciativas pendentes na CAEIDR.

O Sr. Presidente recordou as diversas iniciativas pendentes na CAEIDR, conforme o Plano de Actividades aprovado para a 4ª Sessão Legislativa.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes considerou que esta proposta já se encontra vertida no Plano de Actividades e que o estudo proposto pelo GP do PS não vai ao encontro da proposta em análise. Recordou, ainda, já terem sido feitos dois estudos sobre essa matéria.

A Sra. Deputada Rosário Águas considerou que o Requerimento em discussão não é conexo com a proposta apresentada pelo GP do PS. Recordou que o Requerimento está pendente na CAEIDR desde o início da Sessão Legislativa e cuja votação tem sido sucessivamente protelada pelo GP do PS. Considerou que o estado actual do pequeno comércio tem a ver sobretudo com o abandono das cidades e dos seus centros, e não apenas com o horário das grandes superfícies.

O Sr. Deputado Afonso Candal recordou que o GP do PS nada obsta ao desenvolvimento do pequeno comércio, pelo contrário, este tem sido apoiado. Recordou, ainda, as diversas audições feitas sobre esta matéria, no âmbito de uma petição para a qual fora nomeado o Sr. Deputado David Martins. Insistiu nas actividades constantes do Plano de Actividades da CAEIDR e pendentes de agendamento.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes considerou existir o receio, por parte do GP do PS, de reunir com as associações do pequeno e médio comércio em Portugal. Recordou, adicionalmente, que o Parecer aprovado pela CAEIDR ao Relatório à Lei 12/2004 previa audições a associações, e o GP do PS restringiu o debate às confederações.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente submeteu a votação o Requerimento, tendo este sido rejeitado com os votos contra do PS e favoráveis dos restantes GP, registando-se a ausência do PEV.

De seguida, no ponto 2 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação da nota de admissibilidade referente à Petição 549/X/4ª - "Apreciação e alteração do Decreto-Lei nº 647/76 de 31 Julho"**, esta foi votada favoravelmente por unanimidade (registando-se a ausência do PEV), tendo a Petição sido distribuída ao GP do PCP para prosseguimento do respectivo processo de tramitação.

No ponto 3 da Ordem do Dia, relativo ao **Apreciação do Pedido de audiência da Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses - QUALIFICA**, foi consensual aceitar o pedido de audiência, pelo que o Sr. Presidente solicitou a todos os Grupos Parlamentares que indicassem um Deputado, tendo o Sr. Deputado Jorge Seguro Sanches ficado responsável por agendar a audiência.

No ponto 4 da Ordem do Dia, referente à **Distribuição da Proposta de Lei 247/X/4ª - "Cria o programa orçamental designado por «Iniciativa para o Investimento e o Emprego» e, no seu âmbito, cria o regime fiscal de apoio ao investimento realizado em 2009 (RFAI 2009) e procede a alteração à Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro"**, foi nomeado o Sr. Deputado David Martins. O Sr. Presidente deu conta da urgência da apreciação e votação do parecer da CAEIDR e foi discutida a pertinência da elaboração do parecer.

No ponto 5 da Ordem do Dia, referente aos **Outros Assuntos**, o Sr. Presidente deu conta do Requerimento do Bloco de Esquerda solicitando a presença, na CAEIDR, do Ministro da Economia e da Inovação (MEI) sobre a falência de várias empresas. Foi consensual apreciar e votar o Requerimento, pelo que a Sra. Deputada Alda Macedo apresentou o Requerimento, conforme o respectivo texto.

A Sra. Deputada Rosário Águas efectuou de seguida um Requerimento oral, sobre a crise financeira e económica e o seu impacto na economia real. O Sr. Presidente considerou que matéria política exige a apresentação de um Requerimento por escrito, tendo a Sra. Deputada Rosário Águas informado que apresentaria o Requerimento posteriormente, num outro formato. Solicitou, adicionalmente, igualdade no tratamento de todos os Deputados.

O Sr. Deputado Afonso Candal considerou que o Requerimento, a ser votado na presente reunião, perderia o objecto de "urgência", recordando estar já prevista uma audição do MEI para o dia 17 de Fevereiro. Considerou fazer sentido questionar o MEI, mas aproveitando a sua vinda regimentalmente prevista. Nesse sentido, sugeriu remeter o Requerimento ao referido membro do Governo para inclusão na agenda da Audição.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes discordou da intervenção do Sr. Deputado Afonso Candal e considerou ser da maior urgência a CAEIDR debater com o MEI as matérias constantes do Requerimento.

A Sra. Deputada Alda Macedo considerou não fazer sentido, no actual contexto de crise, argumentar com as disposições regimentais de organização dos trabalhos da Assembleia da República.

O Requerimento foi, de seguida, submetido a votação, tendo sido rejeitado com os votos contra do PS e favoráveis dos restantes GP, registando-se a ausência do PEV.

A Sra. Deputada Rosário Águas questionou a Mesa sobre se o documento distribuído pelo GP do PS não deveria ter sido agendado, tendo o Sr. Presidente informado que, conforme o estabelecido na reunião anterior, aguardavam-se contributos dos GP. A Sra. Deputada Rosário Águas insistiu, considerando que tinha sido acordado agendar, questionando, deste modo, se o GP do PS pretendia manter ou retirar a iniciativa. O Sr. Presidente considerou que o assunto deveria ter sido suscitado no momento oportuno.

De seguida, o Sr. Presidente deu início à audição com o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, dando as boas-vindas e enquadrando a reunião no âmbito das audições periódicas previstas no Regimento da Assembleia da República. De seguida, deu a palavra ao Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas para uma intervenção inicial.

O Sr. Deputado Carlos Poço questionou o Sr. Ministro sobre o programa para arranque da vinha, a perda de competitividade da agricultura portuguesa, os pagamentos à produção e verbas para investimento, o valor do PRODER previsto no Programa Orçamental “Iniciativa para o Investimento e o Emprego”, n.º de projectos aprovados/rejeitados e montantes envolvidos, poupanças decorrentes do cancelamento da electricidade verde e a suspensão de pagamentos a explorações em controlo. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

De seguida, interveio o Sr. Deputado Jorge Almeida, que colocou questões sobre a situação financeira da Casa do Douro, o uso do solo e a política de emparcelamento e, ainda, a política de atracção de novas gerações de agricultores. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

Interveio o Sr. Deputado Agostinho Lopes, começando por refutar a intervenção do Sr. Deputado Jorge Almeida sobre a Casa do Douro e questionando o Sr. Ministro nomeadamente sobre o apoio financeiro ao sector agrícola, a OCM dos vinhos, a competitividade da agricultura e o atraso na libertação de garantias bancárias e os viveiros na região do Marão. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Abel Baptista questionou o Sr. Ministro sobre as dificuldades presentes do sector agrícola, a certificação do IFAP, prazos referentes às candidaturas ao PRODER, financiamentos à instalação de jovens agricultores, pagamentos aos agricultores, não utilização de fundos comunitários e, ainda, o combate à doença do nemátodo da madeira do pinheiro. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

A Sra. Deputada Alda Macedo usou da palavra, colocando questões sobre os problemas da Casa do Douro, os seguros agrícolas e dos pescadores da localidade da Fuseta. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

O Sr. Presidente abriu, de seguida, uma segunda ronda de questões.

Começou por usar da palavra a Sra. Deputada Rosário Águas, que questionou o Sr. Ministro sobre a existência de um protocolo sobre o Pinhal de Leiria relativo à concessão a empresas e, em caso positivo, quais as condições que lhe estão subjacentes e se implicarão alterações das espécies florestais. Questionou, ainda, sobre o desfazimento dos modelos de gestão entre diferentes cooperativas e as medidas implementadas pelo Governo nos últimos 4 anos. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas. O Sr. Ministro distribuiu um despacho e explicou o seu conteúdo.

De seguida, interveio o Sr. Deputado Jorge Almeida, que começou por contestar a intervenção do Sr. Deputado Agostinho Lopes. De seguida, colocou questões sobre a promoção do vinho em termos externos. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes questionou o Sr. Ministro sobre a situação da Casa do Douro, o eventual protocolo de concessão a privados do Pinhal de Leiria, o futuro da estrutura da Autoridade Florestal Nacional, o PRODER e os investimentos estruturantes.

O Sr. Presidente efectuou um esclarecimento sobre as afirmações proferidas a seu respeito sobre o Sr. Deputado Agostinho Lopes. De seguida, deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Abel Baptista questionou sobre os atrasos nos pagamentos aos agricultores e a responsabilidade do Governo, o problema referente à região Centro, o ponto de situação referente ao PRACE e, ainda, o combate à doença do nemátodo da madeira do pinheiro. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

A Sra. Deputada Alda Macedo colocou questões sobre a Ribeira dos Milagres.

De seguida, o Sr. Presidente abriu uma terceira ronda de questões.

O Sr. Deputado Carlos Poço questionou o Sr. Ministro sobre a execução do PRODER, a política do Ministério sobre o número de agricultores, os seguros agrícolas e a aquisição da Real Companhia Velha. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes registou o recuo do Sr. Ministro sobre o Pinhal de Leiria e colocou questões sobre os pagamentos e regulamentação do PRODER, bem como o plano de apoio ao sector leiteiro. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas, tendo usado da palavra, igualmente, os Secretários de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, e do Desenvolvimento Rural e das Florestas .

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente agradeceu a presença do Sr. Ministro e da sua equipa, as questões colocadas e esclarecimentos prestados e deu por terminada a reunião. A reunião foi encerrada

às 20h00, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta acta.

Palácio de São Bento, 27 de Janeiro de 2009.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Rui Vieira

Nota: Acta aprovada na reunião de 3 de Março de 2009.

Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Afonso Candal
- Agostinho Lopes
- Carlos Poço
- David Martins
- Helder Amaral
- Hortense Martins
- Lúcio Ferreira
- Maria Idalina Trindade
- Miguel Ginestal
- Pedro Nuno Santos
- Rita Miguel
- Rosário Águas
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Alda Macedo
- Carlos Lopes
- Horácio Antunes
- Manuel José Rodrigues
- Nuno Antão
- Nuno da Câmara Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

- Duarte Lima
- Francisco Madeira Lopes
- Jorge Seguro Sanches
- Luís Fazenda

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

- António Almeida Henriques
- Hugo Velosa
- Mendes Bota